

COVID-19: FARMÁCIAS ESCREVEM AO PRIMEIRO-MINISTRO

- Rede pede acesso urgente a máscaras, desinfetantes e paracetamol a preços normais de mercado.
- Farmácias apresentam à ASAE 100 páginas de documentos que indiciam especulação por parte de empresas de ocasião.
- **Inédito: ANF recomenda auto-regulação de preços às suas associadas.**

A Associação Nacional das Farmácias pediu hoje a intervenção do Governo com vista a repor o abastecimento de produtos de primeira necessidade para combater a crise sanitária provocada pelo coronavírus. «Máscaras, gel desinfetante, paracetamol, termómetros, matéria-prima para manipulados e equipamento de protecção individual desapareceram quase totalmente das farmácias», alerta a Direcção da ANF em carta ao primeiro-ministro.

As farmácias «vêm-se forçadas a abandonar à sua sorte muitas pessoas, cujas necessidades não conseguem satisfazer», descreve o documento. Para adquirirem esses produtos, «as farmácias têm de pagar preços especulativos e, mesmo assim, não conseguem adquirir quantidade suficiente» para garantir a segurança das suas próprias equipas e de instituições como lares de idosos.

Como contributo para o restabelecimento da normalidade do mercado, a ANF entregou à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) um dossiê de 100 páginas com facturas e propostas comerciais apresentadas às farmácias por dezenas de empresas nacionais e importadoras, na sua maioria estranhas ao mercado de produtos farmacêuticos. Frascos de 30 ml de álcool em gel a 5€, máscaras entre 7€ e 38€, garrações de cinco litros de desinfetante a 79€ e termómetros a 97€ são alguns dos preços de aquisição que estão a ser propostos às farmácias. A ANF «felicitava a ASAE pelas suas acções com vista a normalizar o funcionamento do mercado» e disponibiliza-se para contribuir permanentemente para isso com informação.

O preço de venda ao público destes produtos de primeira necessidade para o combate ao COVID-19 é livre, assim como a sua comercialização por uma multiplicidade de pequenos estabelecimentos e cadeias comerciais.

Num gesto inédito, A ANF recomendou às 2.750 farmácias suas associadas que pratiquem margens de comercialização até ao limite de 17,5%, que se aplica aos medicamentos sujeitos a receita médica comparticipados. «Sendo a margem legal das farmácias portuguesas a mais baixa da Europa, será inequívoco o contributo responsável e transparente da nossa rede no combate à pandemia», refere uma circular da ANF enviada esta manhã às farmácias.

Lisboa, 24 de Março de 2020

Informações adicionais:

Ana Santos :: 927 413 078 :: anasantos@lpmcom.pt

Pedro Tavares :: 96 152 84 72 :: pedrotavares@lpmcom.pt

LPM Comunicação